

1º SIMULADO  
**PARA DELEGADO  
DA PCRN**



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

# 1º Simulado Especial

## 1º Simulado PC-RN

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado PCRN;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FGV, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-PCRN-10-01>**

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E  |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E  |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E  |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E  |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E  |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E  |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E  |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E  |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E  |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E  |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E  |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E  |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E  |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E  |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E  |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E  |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E  |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E  |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E  |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

**01.** O grupo autodenominado República Fracassada, movimento armado revolucionário, após aplicar um golpe de Estado, designou uma comissão de juristas para elaboração de nova Constituição, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) outorgada e rígida.

**02.** A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços, no mínimo, em cada turno, em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos

membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

- d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.
- e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

**03.** O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

- a) Princípio da unidade.
- b) Princípio do efeito integrador.
- c) Princípio da conformidade.
- d) Princípio da força normativa.
- e) Princípio da máxima efetividade.

**04.** O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú, que é binacional. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.

e) Tribunal de Justiça do Paraná.

**05.** Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.

b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.

e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

**06.** João é prefeito de Natal, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de João e não possui mandato eletivo. Pedro, neto de João, é vereador de Natal, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, considerando as eleições do ano de 2020, indique a alternativa correta.

a) João, nas eleições de 2020, só poderia ter concorrido a prefeito de Natal se tivesse renunciado ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.

b) Pedro era inelegível prefeito de Natal, em razão do parentesco com João, mas poderia ter concorrido a prefeito de Mossoró, caso preenchesse os demais requisitos legais, como por

exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretendia se candidatar.

c) Maria era inelegível a qualquer cargo dentro do estado do Rio Grande do Norte.

d) Maria poderia ter concorrido ao cargo de vereadora de Natal, mas não poderia ter concorrido ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este tivesse renunciado ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.

e) Pedro era elegível prefeito de Natal, uma vez que o grau de parentesco com João não está alcançado pela inelegibilidade estabelecida pela Constituição Federal.

**07.** Pepe é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2015, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2020, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Pepe. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Pepe ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.

b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.

c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.

d) Pepe poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.

e) Pepe não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

**08.** A respeito da competência para legislar sobre procedimento em matéria processual, indique a alternativa incorreta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- e) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

**09.** João é vereador de Parnamirim/RN. Durante evento de seu partido em Mossoró/RN, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito da cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.

e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

**10.** A quantidade de deputados estaduais é definida a partir do número de deputados federais. O estado do Piauí elegeu 10 deputados federais, de forma que, nos termos expressos na Constituição Federal, a quantidade de deputados estaduais eleitos é

- a) 30
- b) 34
- c) 22
- d) 36
- e) 24

**11.** No que se refere à organização do Estado, conforme disposto no Título III da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.
- b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.
- c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com Estados e Distrito Federal, não está expressa na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos Municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.
- d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito

financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.

e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos Estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

**12.** Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do recebimento do projeto, vetou-o por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.

b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.

c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.

e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República,

motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

**13.** No segundo semestre de 2020, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC), para reestruturar a Administração Pública. Ocorre que a proposta, na opinião de juristas e de alguns partidos políticos, viola princípios federativos e direitos adquiridos dos servidores públicos. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.

b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.

c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.

d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.

e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

**14.** Com relação à disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens abaixo e em seguida aponte a alternativa correta.

I. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo da Constituição estadual que condiciona a criação de CPI à aprovação do requerimento pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

II. Cada CPI deve investigar um único fato, uma vez que, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se o fato objeto da investigação for genérico, haverá inconstitucionalidade.

III. Magistrados não podem ser convocados a prestarem depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas II e III estão incorretas.
- d) Estão incorretas apenas as assertivas I e II.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

15. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.

c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.

d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.

e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

## DIREITO PENAL

Michael Procópio

16. Assinale a alternativa incorreta sobre princípios:

- a) A infração bagatelar própria está ligada ao desvalor do resultado e (ou) da conduta e é causa de exclusão da tipicidade material do fato; já a imprópria exige o desvalor ínfimo da culpabilidade em concurso necessário com requisitos *post factum* que levam à desnecessidade da pena no caso concreto.
- b) O princípio da legalidade penal, do qual decorre o princípio da reserva legal, impede o uso dos costumes e analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes.
- c) O princípio do ne bis idem está expressamente previsto na CF e preconiza a impossibilidade de uma pessoa ser sancionada ou processada duas vezes pelo mesmo fato, além de proibir a pluralidade de sanções de natureza administrativa sancionatórias.
- d) O direito penal possui natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.
- e) Para Nilo Batista, o princípio da lesividade proíbe a incriminação de uma atitude interna; de uma conduta que não exceda o âmbito do próprio autor; de simples estados ou condições existenciais

e, por fim, de condutas desviadas que não afetem qualquer bem jurídico.

**17.** Príapo, em um ônibus de transporte público que serve à cidade de Natal, começou a se masturbar, tendo ejaculado em uma passageira, maior de idade. A vítima foi surpreendida com o ato e, ao perceber, acionou a polícia, tendo havido a prisão em flagrante do suspeito. Qual a infração penal que se configurou com a conduta de Príapo?

- a) crime de estupro.
- b) crime de estupro de vulnerável.
- c) crime de importunação sexual.
- d) contravenção de importunação ofensiva ao pudor.
- e) crime de ato obsceno.

**18.** Considere a sucessão de leis penais no tempo e analise o caso a seguir.

Em dezembro de 2019, Mário constrangeu Eustáquio a lhe entregar seu celular utilizando-se de um canivete como arma para intimidar a vítima. O inquérito foi relatado em 2020, tendo o delegado, acertadamente, concluído que ele deve ser indiciado pelo delito de:

- a) furto, já que o canivete não é arma própria.
- b) roubo qualificado pelo emprego de arma.
- c) roubo majorado pelo emprego de arma.
- d) roubo simples.
- e) extorsão qualificada.

**19.** Existe uma modalidade de prescrição que envolve o cálculo por prognose, com base na provável pena a ser aplicada pelo juiz. Assinale a alternativa que traz a denominação de referida espécie de prescrição e a posição dos Tribunais Superiores a respeito:

- a) prescrição da pretensão punitiva intercorrente; admitida pelo STF e pelo STJ.
- b) prescrição da pretensão punitiva intercorrente; admitida pelo STF, mas não pelo STJ.
- c) prescrição da pretensão punitiva virtual, não admitida pelo STF nem pelo STJ.
- d) prescrição da pretensão punitiva virtual, admitida pelo STF e pelo STJ.
- e) prescrição da pretensão punitiva retroativa, admitida pelo STJ, mas não pelo STF.

**20.** Paulo Sérgio confundiu a poupança da mãe com o dinheiro que ela recebia como pensão paga pelo Estado do Rio Grande do Norte, já que ela havia se aposentado como servidora pública estadual. Deste modo, estando a mãe falecida, acabou sacando dinheiro referente a três meses de benefício, pensando se tratar das economias que sua genitora havia feito em vida e guardado na poupança. Paulo não olhou o extrato. Podemos concluir que, neste caso, Paulo Sérgio:

- a) cometeu fato típico e ilícito, mas não culpável, já que não se poderia exigir conduta diversa.
- b) incorreu em erro de proibição.
- c) incorreu em erro de tipo essencial.
- d) deverá responder por estelionato majorado.
- e) cometeu crime qualificado pela fraude.

**21.** Assinale a alternativa INCORRETA sobre as teorias acerca da função da pena:

- a) Teoria absoluta: a finalidade da pena é a punição do agente. A pena representa a resposta do Estado para aquele que praticou uma infração penal. É a retribuição ou o castigo que devem ser aplicados a quem violou a norma. Roxin aponta que Kant foi um importante defensor da teoria, ao fundamentar as ideias de retribuição e justiça como leis válidas que deveriam ser invioláveis e sempre cumpridas.



b) Prevenção geral negativa: a pena deve coagir toda a sociedade, psicologicamente. A simples cominação das penas representa uma ameaça para o caso de violação das normas penais, servindo de coerção para que sejam respeitadas.

c) Teoria correcionalista: Entende que a lei penal é um imperativo categórico, chegando a afirmar que “se perece a justiça, não tem valor algum que os homens vivam sobre a Terra”. Claus Roxin aponta que Hegel não reconhecia metas preventivas, como de intimidação e correção, como fins da pena. Hegel defendia que o crime era a negação do Direito, de modo que a pena seria a negação de tal negação.

d) Prevenção especial negativa: a pena busca evitar que o agente volte a delinquir. Deste modo, o encarceramento, por exemplo, evita a reincidência durante o período de sua duração.

e) Prevenção geral positiva: a pena visa a demonstrar a todos a eficácia da lei. Deste modo, as penas são a demonstração de que a norma é eficaz, por estar acompanhada de uma sanção para o caso de seu descumprimento.

**22.** Assinale a alternativa correta sobre as alterações advindas do Pacote Anticrime, a Lei n. 13.964/2019:

a) O crime de roubo passou a ser majorado, com aumento de pena de um terço até metade, se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca.

b) Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em estrito cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

c) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução fiscal e será considerada dívida de valor, aplicáveis

as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

d) A prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, independentemente da sua admissibilidade.

e) O condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, deve cumprir mais de dois terços da pena para obtenção do livramento condicional.

**23.** Ronaldo anunciou um assalto a um ônibus cheio de passageiros, exigindo que todos entregassem seus objetos pessoais, utilizando-se de uma arma de brinquedo, que, de longe, assemelhava-se a uma arma de fogo. Ele praticou:

a) Um crime único de roubo simples.

b) Crimes de roubos simples em concurso material.

c) Crimes de roubos simples em concurso formal.

d) Um único crime de roubo majorado.

e) Crimes de roubos majorados em continuidade delitiva.

**24.** Assinale a alternativa que representa um entendimento consolidado no STJ:

a) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.

b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

c) Pode-se declarar a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

d) Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas.

e) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, caso praticada em situação de autodefesa.

**25.** O crime do artigo 122 do Código Penal sofreu alterações em dezembro de 2019, com o advento da Lei 13.968/2019. Sobre o tipo penal, assinale a alternativa correta:

a) A punição depende da ocorrência de lesão corporal grave ou morte, razão pela qual a doutrina majoritária não aceita a tentativa.

b) O auxílio à automutilação foi incluído como crime no Código Penal pela Lei 13.968/2019, não consistindo, entretanto, em *novatio legis* incriminadora, já que a conduta estava prevista em outro tipo penal.

c) Se o crime de que trata o § 1º deste artigo resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, incide o aumento de pena de um terço.

d) Aumenta-se a pena até o dobro se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.

e) Se o suicídio se consuma ou da mutilação resulta morte, além de o crime ser cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime de homicídio, nos termos do art. 121 deste Código.

**26.** Assinale a alternativa que indique uma correlação adequada entre uma teoria da ação e um pensamento defendido por ela:

a) Teoria causalista: a culpabilidade é normativa, podendo ter como elemento o dolo ou a culpa.

b) Teoria finalista: o dolo é natural, ou, em outros termos, *dolus bonus*.

c) Teoria neokantista: o dolo é colorido, enquanto a culpabilidade é psicológica.

d) Teoria clássica: a culpabilidade é normativa, já que dolo e culpa fazem parte da conduta, ou seja, do fato típico.

e) Teoria social da ação: o crime deve ter uma concepção sociológica, admitindo analogia na definição da norma penal incriminadora.

**27.** Ferdinando, versado em programação, engana as barreiras digitais e consegue acessar o sistema bancário do Banco Potiguar. Deste modo, consegue sacar R\$ 3.000,00 da conta de Laura.

Ferdinando praticou o crime de:

a) Furto qualificado em concurso com o delito do artigo 10 da LC n.º 105/2001, o último pela quebra não autorizada do sigilo.

b) Estelionato.

c) Extorsão.

d) Furto qualificado.

e) Estelionato em concurso com o delito do artigo 10 da LC n.º 105/2001, o último pela quebra não autorizada do sigilo.

**28.** Analise as seguintes assertivas:

I – Por ocasião da aplicação da pena, no concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes, a compensação é possível, mas o juiz deve atentar para as circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

II – A pena de interdição temporária de direitos, prevista no inciso II do artigo 47 do Código Penal, não poderá ser aplicada se o crime não foi

cometido com violação dos deveres inerentes à profissão, à atividade ou ao ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do poder público.

III – Por ocasião da aplicação da pena, havendo causas de diminuição e causas de aumento, a compensação é possível, mas o juiz deve atentar para as circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

IV - Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior após decorrido o prazo depurador de cinco anos entre a data do trânsito em julgado da sentença condenatória do crime anterior e a data da prática do crime posterior.

Está(s) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

**29.** O Município de Mossoró aprovou uma lei municipal que prevê que os moradores só podem sair de casa com utilização de máscaras de proteção, durante o período da pandemia. Determinada mulher tenta entrar no supermercado sem o uso do equipamento de proteção. Orientada pelo gerente, que lhe oferece uma máscara, ela se recusa, diz que possui direito de ir e vir, e tenta ingressar no estabelecimento da mesma forma. Os seguranças do estabelecimento, então, a impedem de ingressar e acionam a Polícia Militar. Neste caso:

- a) O gerente é autor e os vigilantes são partícipes do crime de constrangimento ilegal.
- b) O gerente e os vigilantes são coautores de constrangimento ilegal.

c) A mulher cometeu o delito de perigo de contágio de moléstia grave.

d) A mulher cometeu o delito de infração de medida sanitária preventiva.

e) Ninguém cometeu fato típico, considerando a ausência de subsunção de suas condutas aos tipos penais existentes.

**30.** Herbert e Richard, versados na prática de delitos patrimoniais, resolvem, no pico da pandemia de Covid-19, subtrair respiradores que, como sabiam previamente, chegariam às 11 horas de 29 de novembro ao Hospital Municipal de Caicó, transferido de outro estabelecimento público de saúde, por necessidade de remanejamento, dada a calamidade naquele local. Nenhum dos dois é servidor público, tendo conseguido a informação ouvindo a conversa de uma enfermeira, que é vizinha deles, com a sua mãe sobre o trabalho que executaria naquele dia. Neste caso, Herbert e Richard:

- a) Praticaram a conduta de peculato, considerando que a condição pessoal, da enfermeira, comunicasse a todos por ser elementar do crime.
- b) Realizaram o crime de furto, qualificado pelo concurso de pessoas.
- c) Praticaram o delito de subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.
- d) Cometeram o crime de furto qualificado pelo concurso e majorado por atingir o patrimônio municipal.
- e) Incorreram no crime de omissão de socorro, na forma omissiva por comissão.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Leonardo Tavares

**31.** Em conformidade com o Código de Processo Penal brasileiro, em relação ao inquérito policial é correto afirmar:

a) o inquérito policial possui a característica da inquisitorialidade, de modo que não é necessária a assistência por advogado, salvo no caso de investigado agente de órgão da segurança pública, por delito cuja pena mínima cominada seja superior a 4 (quatro) anos.

b) segundo o princípio da indisponibilidade, a autoridade policial não está autorizada a mandar arquivar autos de inquérito policial.

c) a *notitia criminis* de cognição mediata ocorre quando a autoridade policial, em suas atividades rotineiras, toma conhecimento da prática de infração penal.

d) existe a possibilidade de trancamento do inquérito policial, pela própria autoridade policial, sempre que se caracterizar constrangimento ilegal ao investigado em razão da inexistência de provas suficientes da materialidade do crime.

e) o chamado "Pacote Anticrime" alterou dispositivo do Código de Processo Penal para prever a necessidade de homologação do arquivamento do procedimento investigatório, por órgão de revisão ministerial, após prévia manifestação da autoridade policial.

**32.** Uma vez cumpridas todas as diligências possíveis para identificação do suspeito de prática de delito investigado em inquérito policial, sem êxito, caberá à autoridade policial

a) promover o arquivamento do procedimento investigatório, diante da impossibilidade de encaminhamento dos autos ao Ministério Público para oferecimento de denúncia.

b) determinar a suspensão do inquérito policial até que de novas provas tenha notícia.

c) encaminhar os autos à autoridade judicial para análise da necessidade de novas diligências.

d) relatar os autos de inquérito e arquivá-los, até que seja localizado o responsável pelo cometimento do delito ou que sobrevenha o prazo prescricional.

e) relatar os autos de inquérito e encaminhá-los ao Ministério Público que, entendendo ser cabível, promoverá o seu arquivamento.

**33.** No tocante à competência no processo penal, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I - A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

II - Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

III - Será caracterizada a conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

IV - A conexão e a continência não importarão unidade de processo e julgamento quando no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

a) Estão corretas as assertivas I e II.

b) Estão corretas as assertivas I e III.

c) Estão corretas as assertivas II e IV.

d) Está correta apenas a assertiva I.

e) Estão corretas as assertivas I, II e IV.

**34.** Em relação às medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal, assinale a opção correta.

- a) A hipoteca legal depende da certeza da existência da infração e prova cabal da autoria.
- b) Para a decretação do sequestro, será suficiente a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.
- c) O juiz determinará a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, mas não poderá fazê-lo com fundamento na dificuldade para sua manutenção.
- d) O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo depois de oferecida a denúncia ou queixa.
- e) O sequestro deverá ser levantado se a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.

**35.** Assinale a alternativa correta a respeito das provas no processo penal.

- a) O exame de corpo de delito é dispensável nos crimes que deixam vestígios.
- b) De acordo com o Código de Processo Penal, o juiz não poderá ouvir as pessoas indicadas pelas testemunhas, que não constem originalmente do rol por elas apresentado.
- c) Havendo mais de um réu, cada um deles deverá ser interrogado separadamente.
- d) É permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que as questões a serem esclarecidas sejam encaminhadas com 30 (trinta) dias de antecedência.
- e) De acordo com entendimento pacífico do STJ, o procedimento previsto para reconhecimento pessoal não é mera recomendação, devendo ser observado integralmente sob pena de nulidade.

**36.** Assinale a opção que NÃO apresenta uma das funções da prisão em flagrante.

- a) impedir a fuga do responsável pelo cometimento de delito que acaba de se consumir.
- b) acautelar a investigação criminal, auxiliando na colheita de provas da infração.
- c) promover a defesa da sociedade em geral, restaurando a confiança no Estado e na segurança.
- d) impedir que o infrator, quando ainda estiver cometendo o fato delituoso, venha a consumá-lo.
- e) colocar o infrator em situação de vulnerabilidade perante a sociedade e a vítima.

**37.** Analise as assertivas a seguir e assinale a opção correta quanto à prisão em flagrante.

- a) Considera-se flagrante esperado aquele em que se realiza ação controlada em retardar a intervenção policial relativa à ação praticada por organização criminosa, para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
- b) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso deverá ser apresentado à da capital do Estado em que se encontre.
- c) O flagrante preparado ocorre por ação de um agente provocador, que induz o cometimento do delito para, logo após, realizar a prisão do acusado e, por essa razão, é admitido apenas excepcionalmente em nosso ordenamento jurídico.
- d) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- e) Qualquer pessoa do povo poderá realizar a prisão de quem se encontre em flagrante delito, desde que a autoridade policial seja informada previamente.

**38.** De acordo com Norberto Avena (2020), a cadeia de custódia é o "caminho percorrido pela prova desde o conhecimento da prática de uma infração pelas autoridades encarregadas da persecução criminal até o momento em que, constatada a ocorrência de vestígios e realizados os exames necessários, for produzido o laudo pericial e descartado o material que serviu de base para a perícia". Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) O início da cadeia de custódia dá-se com o recolhimento do vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.
- b) O transporte dos vestígios de um local para o outro deve se dar utilizando as condições adequadas de modo a garantir a manutenção de suas características originais, não sendo necessário o controle de sua posse.
- c) Somente o Delegado de Polícia é a autoridade responsável pela preservação dos elementos reconhecidos como de potencial interesse para a produção da prova pericial.
- d) A coleta dos vestígios deverá ser realizada sempre por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- e) O recipiente de acondicionamento do vestígio só poderá ser aberto pelo perito que vai proceder à análise e, motivadamente, por pessoa autorizada.

**39.** São princípios aplicáveis à teoria geral da prova no processo penal:

- I - Princípio da autorresponsabilidade das partes.
- II - Princípio da imediatidade.
- III - Princípio da identidade física do juiz.
- IV - Princípio da taxatividade dos meios de prova.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

**40.** A respeito das nulidades, assinale a alternativa correta de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

- a) É ônus da parte, em regra até o momento da apresentação das alegações finais, impugnar a nulidade de ato processual, sob pena de preclusão temporal e convalidação do ato.
- b) A quebra da incomunicabilidade dos jurados é causa nulidade relativa, a qual, além de ser arguida em momento oportuno, deve, ao ser alegada, fazer-se acompanhada da comprovação do real prejuízo à defesa.
- c) Eventual vício na quesitação aos jurados constitui nulidade absoluta, motivo pelo qual pode ser arguido a qualquer tempo.
- d) Eventuais máculas na fase extrajudicial têm o condão de contaminar toda a ação penal, dada a natureza informativa probatória do inquérito policial.
- e) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade relativa quando se tratar de réu citado formalmente e que deixou de nomear advogado ou se manifestar nos autos.

**41.** Com relação às medidas cautelares, marque a alternativa correta.

- a) O princípio da presunção de inocência, na linha do entendimento majoritário dos tribunais superiores, mostra-se incompatível com a prisão cautelar.
- b) Corresponde a uma medida cautelar diversa da prisão a proibição de acesso ou frequência a

determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.

c) De acordo com o Código de Processo Penal, o recolhimento domiciliar é cabível ainda que o investigado ou acusado não tenha residência e trabalho fixos.

d) A fiança somente poderá ser concedida após prévia oitiva do representante do Ministério Público.

e) Será exigido o reforço da fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente.

**42.** A prisão preventiva tem como requisitos a garantia da ordem pública, da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal e o asseguração de aplicação da lei penal. A esse respeito, é correto afirmar que:

a) o Código de Processo Penal autoriza que seja decretada a prisão preventiva de acusado que tenha descumprido, em processo anterior, medida cautelar diversa da prisão.

b) o juiz poderá decretar a prisão preventiva de ofício exclusivamente no curso da ação penal, sendo isso proibido na fase da investigação policial.

c) a prisão preventiva poderá ser substituída pela domiciliar nos casos de acusado maior de 80 (oitenta) anos e homem que seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

d) a prisão preventiva atualmente possui prazo determinado em lei e deve atender ao princípio da proporcionalidade.

e) poderá ser decretada a prisão preventiva com fundamento exclusivo na gravidade abstrata do delito e na repercussão do fato perante sociedade.

**43.** Em se tratando de inquérito policial instaurado a partir de requisição judicial, vai se estar diante de

a) *notitia criminis* espontânea.

b) *delatio criminis*.

c) *notitia criminis* de cognição imediata.

d) *notitia criminis* de cognição coercitiva.

e) *notitia criminis* qualificada.

**44.** "A atuação do Ministério Público, no contexto da investigação penal, longe de comprometer ou de reduzir as atribuições de índole funcional das autoridades policiais - a quem sempre caberá a presidência do inquérito policial -, representa, na realidade, o exercício concreto de uma atividade típica de cooperação, que, em última análise, mediante a requisição de elementos informativos e acompanhamento de diligências investigatórias, além de outras medidas de colaboração, promove a convergência de dois importantes órgãos estatais incumbidos, ambos, da persecução penal e da concernente apuração da verdade real" (*AgRg no REsp 1074545/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 03/09/2012*). Considerando as atribuições da autoridade policial e do Ministério Público na condução do inquérito, assinale a opção correta, tendo em vista o entendimento dos tribunais superiores.

a) Na hipótese de ter a autoridade policial concluído, em seu relatório, pela materialidade do delito e comprovação da autoria, ao órgão do Ministério Público competirá, vinculadamente, o oferecimento de denúncia.

b) Na requisição de novas diligências pelo Ministério Público e constatação da sua desnecessidade pela autoridade policial, esta poderá devolver o inquérito policial ao juízo justificando o descumprimento.

c) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, sendo possível, no entanto, a prorrogação do último termo no caso de solicitação de novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

d) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial sempre que entender conveniente a realização de novas diligências, imprescindíveis ou complementares ao oferecimento da denúncia.

e) O inquérito é um procedimento de forma vinculada, cujas diligências tem modo e tempo de realização regulamentados em lei.

**45.** São princípios informadores do processo penal:

a) princípios da intervenção mínima e dignidade humana.

b) princípios da ampla defesa e paridade de armas.

c) princípio da proporcionalidade e subjetividade na aplicação das penas.

d) princípios da autodefesa e do sigilo processual.

e) princípio da busca da verdade e sua supremacia diante de provas ilícitas.

## **LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE**

Ivan Marques

**46.** Sobre a colaboração premiada, é CORRETO afirmar

a) apenas o Ministério Público, como órgão titular da ação penal, está legitimado para promover o acordo.

b) apenas o Delegado de Polícia, como órgão inicial da persecução penal, está legitimado para promover o acordo.

c) caso o acordo não atenda aos requisitos legais, não poderá ser readequado pelas partes, cabendo ao juiz não homologá-lo.

d) o marco de confidencialidade passa a valer após o recebimento da denúncia.

e) O acordo de colaboração premiada pressupõe que o colaborador cesse o envolvimento em conduta ilícita relacionada ao objeto da colaboração, sob pena de rescisão do negócio jurídico pactuado.

**47.** Em relação à antiga Lei de Tóxicos (Lei 6.368/76), assinale a alternativa que apresenta o posicionamento do Supremo Tribunal Federal com relação à posse de droga para consumo pessoal, prevista no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006:

a) houve descriminalização

b) houve descarcerização

c) houve transformação em ilícito administrativo por razões de saúde pública

d) houve transformação em norma de constitucionalidade diferida

e) houve despenalização

**48.** Em investigação feita pelo Delegado Titular da 2ª DP da Comarca da Capital, uma notícia criminis apresenta um esquema de lavagem de dinheiro feita por uma associação criminosa em sua circunscrição. Para evitar a perda de informações importantes, a autoridade policial providencia a interceptação das conversas telefônicas do líder da associação criminosa sem requerer prévia autorização para o juiz. Com relação a essa conduta, é correto afirmar que a autoridade policial

a) agiu corretamente, considerando a cautelaridade da medida.

b) incorreu no crime previsto no artigo 10 da Lei das interceptações telefônicas.



c) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas pode ser a primeira opção como meio de obtenção de prova, quando a investigação tem como objeto associações criminosas ou milícias.

d) não agiu corretamente, porque a interceptação de comunicação telefônica não pode ser determinada no curso da investigação policial, apenas durante o processo crime.

e) não agiu corretamente, porque deveria ter submetido a análise da necessidade dessa prova ao chefe da Instituição.

**49.** Afastando as situações excepcionais, são características penais e processuais das contravenções penais:

a) possuir limite de 40 anos de cumprimento de pena.

b) punir a tentativa.

c) admitir a extraterritorialidade da lei penal.

d) admitir prisão simples ou pena isolada de multa.

e) a justiça competente ser a comum federal.

**50.** Delito positivado em nosso ordenamento jurídico, o crime de PICHARDISMO está positivado em qual dos diplomas normativos abaixo indicados:

a) Economia Popular (Lei nº 1.521/51)

b) Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3688/41)

c) Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/90)

d) Código de proteção e defesa do consumidor (Lei nº 8.078/90)

e) Crimes ambientais (Lei nº 9.605/98)

**51.** A conduta de CONSPURCAR edificação ou monumento urbano, deve ser tipificada pelo Delegado de Polícia como:

a) causa de aumento de pena em crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

b) agravante em crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

c) privilégio em crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

d) afetação de bem público em crime Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

e) crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

**52.** Qual das alternativas abaixo não majora o delito da Lei 11.343/2006 de um sexto a dois terços:

a) a transnacionalidade do delito de tráfico de drogas.

b) sua prática visar atingir adolescente.

c) tráfico interestadual de drogas.

d) emprego de arma de fogo.

e) o traficante ser financiado na prática de suas condutas.

**53.** Aponte a alternativa abaixo que não pode ser tratada como crime hediondo:

a) roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.

b) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito.

c) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.

d) roubo qualificado pelo resultado lesão corporal.

e) roubo qualificado pelo resultado morte.

**54.** Nos termos da Lei de Lavagem (Lei n. 9.613/98), não são obrigados a informar ao COAF atividades indicadas na lei:

- a) as administradoras ou empresas que se utilizem de cartão ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou equivalente, que permita a transferência de fundos.
- b) empresas de factoring.
- c) os escritórios de advocacia que façam consultoria.
- d) as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis.
- e) as bolsas de valores.

**55.** Indique qual das alternativas abaixo encontra-se compatível com as disposições legais referentes ao tratamento do perfil genético do criminoso:

- a) O condenado por crime hediondo somente será submetido à identificação do perfil genético se resultar morte da vítima.
- b) O condenado por crime hediondo que não tiver sido submetido à identificação do perfil genético por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional, somente será submetido a esse tipo de identificação se praticar novo delito durante o cumprimento da pena.
- c) Deve ser viabilizado ao titular de dados genéticos o acesso aos seus dados constantes nos bancos de perfis genéticos, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esse dado, de maneira que possa ser contraditado pela defesa, mesmo estando o condenado preso.
- d) A autoridade policial poderá requerer, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético, independentemente de autorização judicial.

e) A recusa em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético caracteriza falta grave, por interpretação jurisprudencial.

**56.** Aponte a alternativa incorreta a respeito do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência (art. 24-A, da Lei 11.340/2006):

- a) trata-se de crime afiançável.
- b) está previsto em legislação penal especial.
- c) aplica-se para mulheres.
- d) admite interceptação telefônica.
- e) independe se a medida protetiva foi deferida por juiz cível.

**57.** Cristiano perdeu o controle de seu veículo automotor, subiu na calçada e atingiu um pedestre. A vítima sofreu lesões corporais leves em seu joelho, causadas pelo impacto com o veículo. Para que possa receber uma proposta de transação penal elaborada pelo *Parquet*, Cristiano:

- a) estava sob os efeitos de cocaína.
- b) estava no meio de uma exibição de habilidade em duas rodas.
- c) estava 40 km/h acima da velocidade permitida para o local.
- d) estava dirigindo após ingerir álcool.
- e) estava no meio de uma competição esportiva não autorizada.

**58.** Nos termos da Lei de Identificação Criminal (Lei 12.037/2009), qual das alternativas abaixo não pode ser caracterizada como espécie de identificação:

- a) dactiloscopia.
- b) documental.
- c) fotográfica.
- d) genética.

e) visual.

**59.** Não é uma circunstância agravante literalmente expressa no Código de Defesa do Consumidor:

- a) dissimular a natureza ilícita do procedimento.
- b) ser cometidos por servidor público ou pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima.
- c) ser cometidos em detrimento de menor de quatorze anos.
- d) ocasionarem grave dano individual ou coletivo.
- e) serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade.

**60.** A Lei 12.850/2013, para assegurar a integridade do réu colaborador, expressamente assegura direitos para quem optar por colaborar. São direitos do colaborador, exceto:

- a) Prisão em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados, regra exclusiva para a prisão penal.
- b) Sigilo de sua identidade e imagem, salvo prévia autorização por escrito.
- c) Ser conduzido ao fórum separadamente dos demais coautores ou partícipes.
- d) Ter sua qualificação pessoal preservada.
- e) Participação em audiência de instrução e julgamento sem contato visual com os demais corréus.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**61.** Com relação as modalidades licitatórias, prevista na Lei n. 8.666/1993, assinale a alternativa correta

a) Concurso é a modalidade de licitação apenas entre os interessados convidados, para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) A licitação para elaboração da ata de registro de preços será feita mediante pregão ou convite.

c) A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites legais, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País.

d) O ordenamento jurídico admite a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação daquelas previstas na Lei 8.666/1993.

e) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a concorrência, mas nunca a tomada de preços.

**62.** No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

a) O poder hierárquico pode se manifestar tanto dentro de uma mesma pessoa jurídica, como entre pessoas jurídicas distintas.

b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

c) A penalidade de multa imposta ao particular por estacionar em local proibido é expressão do poder disciplinar.

d) O poder disciplinar é aquele que a Administração Pública utiliza para restringir a propriedade dos particulares e lhes aplicar sanções em prol do interesse público.

e) O exercício do poder de polícia será sempre preventivo.

**63.** Assinale a alternativa incorreta sobre os princípios da Administração Pública:

a) A possibilidade de a Administração fazer acordos ou transações não viola o princípio da indisponibilidade do interesse público.

b) Pelo princípio da publicidade, temos que a Administração tem o dever de oferecer transparência de todos os atos que praticar, e de todas as informações que estejam armazenadas em seus bancos de dados referentes aos administrados, ressalvadas as exceções legalmente previstas.

c) O princípio administrativo da eficiência foi introduzido na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19/98. Ele se relaciona com as normas da boa administração no sentido de que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar suas atividades com vistas a extrair o maior número possível de efeitos positivos ao administrado, sopesando a relação custo-benefício.

d) O princípio da supremacia do interesse público reza que a Administração Pública está sempre acima dos direitos e garantias individuais.

e) Pelo princípio da continuidade do serviço público, o serviço público, atendendo a necessidades essenciais da coletividade, como regra, não deve parar.

**64.** Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal sobre o tema Servidores Públicos

a) A jurisprudência do STF exige processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.

b) O Supremo Tribunal Federal entende cabível o aumento de vencimentos de servidores públicos pelo Poder Judiciário.

c) O direito ao auxílio-alimentação é extensível aos servidores inativos.

d) Ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

e) Reitor de universidade é livremente demissível pelo presidente da república durante o prazo de sua investidura.

**65.** Sobre os atos administrativos, suas modalidades de extinção e a possibilidade de convalidação, assinale a alternativa correta

a) A anulação dos atos administrativos gera efeito ex tunc, permanecendo válidas todas as situações ocorridas antes da anulação.

b) Nem todo ato administrativo é passível de revogação, a exemplo dos atos vinculados.

c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis serão aproveitados pela Administração, mesmo que tenham causado prejuízo a particulares.

d) A revogação dos atos administrativos pode ser realizada pelas instâncias administrativa, controladora e judicial, desde que respeitados os direitos adquiridos.

e) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados.

**66.** No que se refere à organização administrativa, assinale a alternativa correta

- a) A descentralização consiste na execução de tarefas administrativas pelo próprio Estado, por meio de órgãos internos e integrantes da administração pública direta.
- b) Na administração pública, desconcentrar significa atribuir competências a órgãos de uma mesma entidade administrativa.
- c) A diferença preponderante entre os institutos da descentralização e da desconcentração é que, no primeiro, há vínculo hierárquico e, no segundo, esse vínculo não permanece.
- d) órgãos públicos são unidades de atuação administrativa, com personalidade jurídica, ordenados para a consecução de uma determinada atribuição no âmbito da Administração Pública.
- e) as autarquias estaduais estão desobrigadas de licitar a contratação de obras, serviços, compras e alienações.

**67.** Sobre a intervenção do estado na propriedade, é incorreto afirmar

- a) A requisição administrativa depende de prévia autorização judicial.
- b) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.
- c) O tombamento pode ser compulsório quando o proprietário se recusar a anuir, devendo ser instaurado procedimento administrativo.
- d) As restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais configuram limitações administrativas.
- e) A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana é de competência do Município. Já a desapropriação

por descumprimento da função social da propriedade rural, para fins de reforma agrária, é de competência exclusiva da União.

**68.** No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

- a) Conforme entendimento sumulado, ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
- b) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações civis de improbidade.
- c) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) Os agentes políticos, inclusive o Presidente da República, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

**69.** Sobre as disposições concernentes aos bens públicos, assinale a alternativa correta

- a) Os bens das empresas públicas ou sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, ainda que afetados a essa finalidade, são considerados bens privados.
- b) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- c) A utilização dos bens de uso comum do povo, os quais são destinados à utilização geral pelos indivíduos, não pode sofrer restrições por ato do poder público.

d) As terras devolutas pertencem, em regra, aos Estados-membros, com exceção daquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade da União.

e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são exemplos de bens de uso especial e pertencem aos Estados.

**70.** Sobre o tema Organização da Administração Pública, assinale a alternativa que encontra-se em consonância com a legislação pátria, doutrina e jurisprudência:

a) As autarquias estão sujeitas ao controle hierárquico do ente que as criou.

b) As empresas públicas deverão ser constituídas pela forma de sociedade anônima.

c) A Administração Indireta está ligada à ideia de descentralização, isto é, à criação de pessoas jurídicas especializadas, as quais estão sujeitas ao controle finalístico das entidades da Administração Direta.

d) As sociedades de economia mista e as empresas públicas prestadoras de serviços públicos não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

e) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT não tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.

**71.** A Lei 12.462/2011 instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Sobre o tema, é correto afirmar que

a) A opção pelo RDC não precisa constar de forma expressa no instrumento convocatório.

b) O objeto da licitação deverá ser definido de forma clara e precisa no instrumento convocatório,

vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.

c) A opção pelo RDC não provoca o afastamento das normas da Lei nº 8.666/1993, salvo nos casos expressamente previstos em Lei.

d) No regime diferenciado de contratações públicas, é incabível licitar obras e serviços de engenharia relacionados a melhorias na mobilidade urbana.

e) Se houver empate em licitações realizadas pelo regime diferenciado de contratação, não haverá preferência às microempresas e empresas de pequeno porte.

**72.** Assinale a alternativa incorreta sobre o tema Serviços Públicos

a) Serviço *uti singuli* são os de fruição individual, divisíveis, isto é, passíveis de identificação do usuário em razão da divisibilidade da prestação.

b) Serviço *uti universi* são os de fruição coletiva, usufruídos por todos de forma indistinta.

c) Serviços públicos exclusivos são aqueles de titularidade do Estado, mas que podem ser prestados tanto de forma direta (pelo próprio Estado) quanto indiretamente (por meio de concessão, permissão ou autorização).

d) Podem ser classificadas como serviço público as obras públicas.

e) No âmbito da prestação de serviços públicos, a caducidade é da competência do poder concedente.

**73.** Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre Desapropriação

a) Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.

b) Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, sem direito a correção monetária.

c) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.

d) Na desapropriação para instituir servidão administrativa não são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.

e) A invasão do imóvel não é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.

**74.** João obtém na Prefeitura do Município “X” permissão de uso a título precário e por tempo determinado, durante a realização da Festa Junina da cidade, de espaço delimitado, situado na Praça Central, para venda dos famosos milhos verdes, produzidos em sua fazenda, situada no Município. A permissão foi assinada pelo Prefeito, nos termos do Decreto Municipal, que dispôs sobre os critérios para utilização do espaço durante o evento e está aguardando publicação.

Este ato administrativo é

- a) perfeito, válido e eficaz.
- b) perfeito, válido e ineficaz.
- c) perfeito, inválido e ineficaz.
- d) imperfeito, inválido e ineficaz.
- e) imperfeito, válido e ineficaz.

**75.** A respeito da responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar que

a) Em razão da previsão de responsabilidade civil objetiva do Estado, não se admite o direito de regresso contra o agente público responsável por dano causado ao ente privado.

b) A responsabilização objetiva do Estado em caso de morte de detento somente ocorre quando houver inobservância do dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal.

c) A responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público pelos atos causados por seus agentes é objetiva, tendo a mesma natureza, a responsabilidade civil dos agentes públicos.

d) O Estado será sempre responsável pelos danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional.

e) O Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente que o Estado não responde pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros.

## DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

**76.** Assinale a resposta CORRETA acerca dos princípios orçamentários:

a) Sobre o princípio da exclusividade, o objetivo do legislador constituinte foi o de possibilitar que as leis orçamentárias contenham previsões estranhas ao direito financeiro, de modo a adicionar o universo privado ao direito público.

b) O princípio da reserva do possível estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

c) O princípio do equilíbrio orçamentário apresenta-se como uma exigência relativa às contas públicas, que deverão apresentar, sempre que possível, o mesmo montante quando se trata de estimar as receitas e as despesas.

d) De acordo com o princípio da programação, o orçamento deve conter apenas as estimativas para

as receitas e despesas do próximo exercício financeiro, sem previsão de metas.

e) Expresso de forma clara na Constituição Federal, temos o princípio da anualidade orçamentária, que significa que os orçamentos valerão para um único exercício financeiro, no caso, abrangendo o intervalo entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

**77.** Considerando os princípios orçamentários estabelecidos na Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) Quando da elaboração de lei orçamentária, é proibida a concessão de créditos sem limite de valor estabelecido.

b) É proibida qualquer vinculação de receita a órgão, fundo ou despesa de receita derivada de taxa, empréstimo compulsório e contribuição de melhoria.

c) O limite das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária é calculado com base na receita corrente líquida definida pelo Congresso Nacional para o exercício a que se destine a proposta.

d) A autorização para a abertura de créditos especiais pelo Poder Executivo pode estar contida na própria lei orçamentária.

e) É admissível a abertura de crédito especial sem a indicação dos recursos correspondentes, se necessário.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

Mateus Pontalti

**78.** Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser introduzidas por lei ordinária.

b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

**79.** Julgue os itens a seguir:

i) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.

ii) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.

iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.

a) Todos os itens estão corretos.

b) Nenhum dos itens está correto.

c) Apenas os itens i e ii estão corretos

d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.

e) Apenas o item iii está correto.

**80.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio,



estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca

c) Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição.

d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

## DIREITO AMBIENTAL

Luis Carlos

**81.** Segundo doutrina majoritária há um princípio ambiental que busca evitar ou minimizar os danos ao meio ambiente, sendo invocado quando há riscos não mensuráveis ou qualificáveis pelo desenvolvimento de uma atividade/empreendimento. Esse princípio é insito a todas as abordagens relativas ao controle dos riscos incertos

- a) precaução
- b) prevenção
- c) desenvolvimento sustentável
- d) equidade intergeracional
- e) ubiquidade

**82.** Com base na proteção constitucional ao meio ambiente, é correto afirmar que:

a) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, somente as sanções penais e administrativas.

b) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, considerados bens da União, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

c) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei complementar federal, sem o que não poderão ser instaladas.

d) não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, mesmo não registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

e) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

**83.** Segundo o Superior Tribunal de Justiça a teoria do fato consumado em ações de reparação de danos ao meio ambiente é:

- a) aplicável, independentemente da extensão do dano.
- b) aplicável, dependendo da extensão do dano.
- c) inaplicável, independentemente da extensão do dano.
- d) inaplicável, dependentemente da extensão do dano.
- e) aplicável, mas somente nas ações civis públicas manejadas em ação popular.

**84.** Quanto ao instituto do tombamento de bens, com base no Decreto-Lei 25/37, é correto afirmar que:

- a) tem natureza jurídica de uma desapropriação.
- b) bens públicos da União podem ser tombados pelo Município.
- c) não se admite o tombamento provisório na via administrativa.
- d) o tombamento veda a alienação do bem pelo particular.
- e) o Estado tem o direito de preferência na aquisição do bem de particular que foi tombado.

**85.** Uma empresa pretende desenvolver uma determinada atividade de extração de produto vegetal em uma unidade de conservação de uso sustentável. Foi realizado pedido de licenciamento ambiental perante a Secretaria do Meio Ambiente do Estado. Após análise do pedido, o órgão ambiental exigiu que o empreendedor procedesse à elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório como condição para o desenvolvimento da atividade considerando ser potencialmente causadora de significativo impacto ambiental à unidade de conservação. Nessa hipótese, a realização de audiência pública pela Secretaria:

- a) é obrigatória, em qualquer hipótese.
- b) é discricionária, em qualquer hipótese.
- c) é obrigatória, se requerida pelo órgão ambiental federal.
- d) é discricionária como regra.
- e) é obrigatória quando requerida pelo órgão ambiental federal competente.

## **MEDICINA LEGAL**

Paulo Bilynskyj

**86.** Instrumentos corto-contundentes produzem lesões corto-contusas, assinale a alternativa que contém um exemplo desses instrumentos:

- a) Machado.
- b) Projétil de arma de fogo.
- c) Barra de ferro.
- d) Navalha.
- e) Furador de gelo.

**87.** A entrada de um projétil de arma de fogo no corpo humano ocasiona um ferimento com tonalidade violácea ao redor, devido à ruptura dos vasos sanguíneos vizinhos à lesão, decorrente da contusão provocada pelo projétil. Essa característica é chamada de:

- a) Orla de enxugo.
- b) Orla de Fisch.
- c) Zona de tatuagem.
- d) Zona de chuscamento.
- e) Orla equimótica.

**88.** O Sinal de Sommer-Larcher decorre do fenômeno do/da:

- a) livor mortis.
- b) esfriamento cadavérico.
- c) desidratação cadavérica.
- d) rigidez cadavérica.
- e) espasmo cadavérico.

**89.** São fenômenos transformativos conservadores, EXCETO:

- a) a mumificação.
- b) a maceração.
- c) a saponificação.

- d) a calcificação.
- e) a corificação.

**90.** A sufocação indireta ocorre em razão:

- a) do enclausuramento em espaço fechado.
- b) da obstrução das vias respiratórias por meio sólido ou empoeirado.
- c) da oclusão dos orifícios externos respiratórios.
- d) da compressão do tórax ou do tórax e abdome, impedindo os movimentos respiratórios.
- e) da oclusão das vias respiratórias.

### **CRIMINALÍSTICA**

Paulo Bilynskyj

**91.** De acordo com o Código de Processo Penal, a autópsia será feita:

- a) Pelo menos oito horas após o óbito.
- b) Em até seis horas após o óbito.
- c) Pelo menos doze horas após o óbito.
- d) Pelo menos seis horas após o óbito.
- e) Em até oito horas após o óbito.

**92.** São partes integrantes do PARECER MÉDICO-LEGAL, EXCETO:

- a) preâmbulo.
- b) exposição dos motivos.
- c) discussão.
- d) conclusão.
- e) descrição.

**93.** Local imediato é:

- a) a área adjacente e de acesso ao local do crime.
- b) a área exata onde ocorreu o fato ou o crime.

c) área compreendida por ambiente fechado, que preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza.

d) área não restrita e que não preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza.

e) área que pode apresentar conexão com o fato criminoso.

**94.** Constitui fase INTERNA da cadeia de custódia:

- a) busca do vestígio.
- b) recepção e conferência do vestígio.
- c) fixação do vestígio.
- d) acondicionamento do vestígio.
- e) reconhecimento do vestígio.

**95.** São objetivos da criminalística, EXCETO:

- a) Dar a materialidade do fato típico.
- b) Verificar os meios e os modos como foi praticado um delito.
- c) Indicar a autoria do delito.
- d) Elaborar a prova técnica.
- e) Apontar o valor probatório dos vestígios encontrados.

### **CRIMINOLOGIA**

Flávio Milhomem / Diego Pureza

**96.** Sobre as características da Criminologia enquanto ciência, assinale a alternativa correta

- a) A Criminologia se vale do método lógico-dedutivo, na medida em que parte dos princípios gerais do direito para só então aplicar conclusões de forma generalizada em casos concretos.
- b) Os objetos de estudo da Criminologia atual é a vítima, o controle social, a pena e o crime.

c) Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.

d) Para a Criminologia moderna, o crime é um problema puramente filosófico.

e) A criminologia caracteriza-se por ser uma ciência normativa e unidisciplinar.

**97.** Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delincente, restando excluídos a vítima e a sociedade.

b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.

c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.

d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.

e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delincente. Praticando o delito estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito

importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

**98.** Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.

II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos.

Assinale a alternativa correta:

a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.

b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.

d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.

e) Somente a alternativa I é verdadeira.

**99.** As Teorias do Consenso defendem que, as pessoas que vivem em sociedade, aceitam as normas vigentes, já que compartilham de objetivos comuns. Assinale a alternativa que contempla as espécies de teorias criminológicas de base sociológicas do consenso:

a) Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura delincente e a teoria do etiquetamento.

b) Escola de Chicago, teoria da subcultura delinquente, teoria de associação diferencial, teoria da anomia, teoria crítica.

c) Teoria da associação diferencial, teoria crítica e teoria do etiquetamento.

d) Teoria da subcultura delinquente, teoria da anomia, teoria de associação diferencial e Escola de Chicago.

e) Teoria crítica e teoria do etiquetamento.

**100.** A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

a) Teoria da Associação Diferencial.

b) Escola de Chicago.

c) Teorias da Anomia.

d) Teoria do *Labelling Approach*.

e) Teoria da Subcultura Delinquente.

## Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-PCRN-10-01>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---